



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ÓTICA DOS GESTORES E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Rute Ramos da Silva Costa¹, Livia Maria de Farias¹, Luciana Maria Cerqueira Castro², Silvia
Angela Gugelmin^{2,3}

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro

² Professora adjunta do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro

¹ruteatsoc@gmail.com

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com quase seis décadas de existência, é o programa de alimentação e nutrição mais antigo do Brasil, o maior em cobertura de atendimento, uma das maiores iniciativas na área de alimentação escolar no mundo e o único com atendimento universalizado (L'ABBATE, 1988, p. 88; LEÃO e CASTRO, 2007, p. 527; FNDE, 2011). Ele visa beneficiar cerca de 40 milhões de alunos da rede pública de educação básica, ensino médio e educação para jovens e adultos, com a oferta de alimentação que deve cobrir as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Entre seus objetivos está a contribuição para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e a própria oferta de refeições (FNDE, 2011; BRASIL, 2009a).

Desde sua criação até os dias atuais, o PNAE tem transitado por períodos de avanços e retrocessos, desajustes estruturais, interrupções de recursos, crises de gestão pública, mudanças e conformações aos modelos político-institucionais, mas ainda assim, o programa manteve-se na agenda política brasileira (AGATTE, 2009, p. 17). Vivenciou formas de execução centralizada e descentralizada. Na forma centralizada, a



coordenação, a compra e a distribuição dos alimentos ocorriam pelo órgão federal. Essa estratégia se mostrou altamente ineficiente e os resultados do PNAE nos estados e municípios brasileiros eram heterogêneos e desiguais (BURLANDY, 2007). Diante deste quadro, buscou-se um novo formato de gestão, na tentativa de otimizar a aplicação dos recursos, reduzindo os altos custos com o armazenamento, o transporte e melhorando a qualidade dos alimentos. Isto se deu, mediante a transferência de atribuições e do poder decisório da administração do nível federal para os estados e municípios (LEÃO E CASTRO, 2007, p. 527).

A mudança no modelo de gestão não foi milagrosa, ainda há muito que realizar para a consolidação dos resultados previstos com essa substituição. Vale a pena citar que a descentralização fez surgir outros atores no cenário da coordenação e fiscalização da alimentação escolar. O próprio Conselho de Alimentação Escolar (CAE), órgão não colegiado responsável por acompanhar, fiscalizar e orientar a execução do PNAE, composto por membros de diferentes instâncias e por pessoas da sociedade civil (BELIK, 2009, SPINELLI e CANESQUI, 2002), além do CAE, outros atores que surgiram foram os coordenadores em nível municipal/estadual que passaram a ter poder de decisão e gerenciamento dos recursos financeiros do PNAE, e que devem articular saberes e práticas na condução exitosa do Programa.

Essas e outras transformações ocorreram ao longo tempo de existência do PNAE, mas somente em 2009 foi sancionada a primeira lei regulamentadora do programa, nº 11.947, acompanhada por uma resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de nº 38, que dispõe as normas para a execução técnica e administrativa, cria critérios para a transferência de recursos de caráter complementar, estabelece os princípios, diretrizes, objetivos, e dá outras providências. Esses documentos apresentaram alguns aspectos inovadores e definiram a obrigatoriedade da responsabilidade técnica do PNAE ao nutricionista, que ao assumir a coordenação das ações de alimentação saudável no ambiente escolar deverá respeitar as diretrizes previstas nesta lei e nas legislações pertinentes (BRASIL, 2009a ; BRASIL, 2009b).

Além do nutricionista responsável técnico (RT), os municípios contam com outros atores envolvidos na coordenação do PNAE, como exemplo está o Gestor da



alimentação escolar. Não existem exigências legais para a presença deste ator na equipe, conseqüentemente não há referências quanto a sua formação profissional e outros requisitos. Esse cargo é ocupado por ator “político”, que exerce uma função de “confiança” na Secretaria municipal responsável pela execução do PNAE e normalmente atua como interlocutor entre a coordenação de alimentação escolar e o gestor municipal. No caso deste trabalho, foi considerado Gestor da alimentação escolar, o profissional que ocupa uma posição hierárquica superior ao RT, seja ele(a) um(a) diretor(a) do departamento de nutrição escolar, ou o(a) próprio(a) secretário(a) municipal de educação.

O RT e o Gestor de alimentação escolar estão diretamente envolvidos na organização, coordenação, supervisão, execução e avaliação do PNAE, isso os torna “peças fundamentais” na implementação e ou ampliação das ações de promoção de alimentação saudável no contexto escolar. Acreditamos também que as concepções que estes atores têm sobre “alimentação saudável” possam estar diretamente relacionadas com o desenvolvimento dessas ações no município.

Fundamentado no contexto apresentado o objetivo deste trabalho é analisar as concepções de alimentação saudável dos Gestores e responsáveis técnicos (RT) do PNAE em quatro municípios do estado Rio de Janeiro.

Contexto da pesquisa

Esse trabalho faz parte de um projeto de dissertação em andamento realizado no Programa de Pós Graduação de Alimentação, Nutrição e Saúde (PPGANS) do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ (Parecer nº 054/2010).

Trata-se de um estudo exploratório descritivo, de natureza qualitativa (STRAUSS & CORBIN, 1990). Utilizou-se como técnica de coleta a entrevista semi-estruturada e de registro, o diário de campo. As entrevistas foram realizadas nas



secretarias de educação de cada município, sendo utilizado um roteiro para auxiliar a condução das mesmas.

Apesar de o roteiro ser composto por perguntas que abrangem aspectos referentes a execução do PNAE e à promoção de saúde, neste trabalho, faremos uma descrição somente das questões relacionadas à alimentação saudável, do ponto de vista dos pesquisados, como segue mais adiante.

Os sujeitos da pesquisa foram os Gestores e responsáveis técnicos pelo PNAE de quatro municípios do estado do Rio de Janeiro. Dois desses municípios compõe a região metropolitana, enquanto que os outros dois a região sudoeste fluminense. Estes municípios foram selecionados com base em uma listagem organizada a partir dos seguintes critérios: participação em atividades de qualificação da Rede Estadual de Alimentação Escolar, porte do município (segundo a listagem do IBGE 2007) e divisão regional.

Para uma primeira aproximação com os atores selecionados, foi realizado contato prévio com as Secretarias Municipais de Educação para a identificação dos Gestores e Responsáveis técnicos do PNAE e o agendamento das entrevistas. Antes de sua realização, os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e os procedimentos previstos -incluindo a gravação- tendo a liberdade total na decisão quanto à aceitação. Aqueles que optaram em participar do estudo confirmaram sua participação com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foi solicitado aos sujeitos que reservassem um espaço para a realização das entrevistas individuais. No município metropolitano B, no entanto, o RT e o Gestor não prepararam este local. Esta foi realizada em um ambiente comum aos demais funcionários do departamento de alimentação escolar, por onde as pessoas transitavam, falavam ao telefone e algumas vezes os interrompiam para resolver problemas inerentes ao trabalho. Percebeu-se que os entrevistados não estavam à vontade em responder as questões e perguntaram algumas vezes sobre os procedimentos de divulgação dos dados. Ao final da entrevista o RT relatou ter tido problemas de ordem ética em pesquisa universitária anterior a esta. Este problema esteve relacionado a não manutenção do sigilo quanto à identificação da participante e do município. Esta vivência pode ser considerada um fator limitante ao aprofundamento das questões da



pesquisa atual. Acredita-se que as más experiências com pesquisadores, que se descuidam em relação ao anonimato dos participantes pode ser um dos fatores que impedem a abertura do entrevistado. Este fato foi reforçado no discurso do RT.

“Toda vez que vem alguém fazer entrevistas (...) ficamos muito desconfiadas.” Rubi

Para garantir o sigilo dos municípios e dos participantes os seus nomes foram trocados durante a transcrição das entrevistas. Os municípios pertencentes à região metropolitana foram identificados como Metropolitano A e B. Já os da região sudoeste fluminense como Sudoeste A e B. Seus respectivos RT e gestores receberam nomes de pedras preciosas.

Segue abaixo uma sucinta descrição do perfil dos municípios visitados e dos profissionais entrevistados, em uma tentativa de apresentá-los ao leitor. Os municípios da região metropolitana apresentam um perfil heterogêneo, em número de habitantes, porte da rede municipal de educação, arrecadação do PIB e na estrutura técnico-organizacional do PNAE. Já os municípios da região sudoeste fluminense são mais semelhantes em relação ao porte e característica da rede municipal de educação, mas no que se refere aos outros aspectos são bem distintos.

Os municípios Metropolitanos A, B e o Sudoeste A possuem serviço próprio de confecção das refeições, enquanto que o Sudoeste B passou para o modelo de terceirização do serviço de alimentação há menos de seis meses da data de entrevista.

Em relação ao espaço de confecção das refeições, foi relatado por todos os RT e Gestores, que o espaço físico das cozinhas escolares vem sofrendo um processo de readequação e aquisição de equipamentos/utensílios, mas ainda consideram a inadequação destes locais como um problema crônico em seus municípios e um fator limitante para o êxito do Programa.

Nos quatro municípios o Programa está na Secretaria Municipal de Educação e apresentam um quadro técnico de nutricionistas inferior ao recomendado em lei, e não somente ao corpo de funcionários da área de nutrição, mas muitos entrevistados referiram um déficit em relação ao número de técnicos administrativos e merendeiros.

Outra característica destacada foi a existência de pouca ou nenhuma parceria do PNAE com outras Secretarias e instituições. Quando presente, a parceria se apresentava em nível informal, sem firmar convênios. O parceiro mais citado foi a Secretaria de



Saúde, na realização, principalmente, das atividades de avaliação nutricional dos alunos. A barreira em criar uma relação de colaboração formal ou informal com outras instituições não é uma característica peculiar destes municípios. Em nossa experiência com a Rede Estadual de Alimentação Escolar que realiza atividades de qualificação técnica dos coordenadores do PNAE dos municípios do Rio de Janeiro- temos observado que existem dificuldades em estabelecer canais de diálogo e cooperação da equipe atuante na administração do PNAE com instituições que tem objetivos afins aos do Programa. Esta falta de articulação entre os setores dentro de um mesmo município ou fora de suas fronteiras geográficas impede a ampliação de ações de promoção da saúde por intermédio da alimentação escolar.

Em relação ao perfil dos sujeitos entrevistados, os RT são nutricionistas e com título de especialização, exceto o profissional do município Sudoeste A que possui apenas o título de graduação. Os RT da região metropolitana e o da sudoeste A eram concursados. Os RT do Metropolitano A e do Sudeste B, além da responsabilidade técnica exerciam a função de coordenador do PNAE. Os que atuavam nesta dupla função possuíam carga horária de 40 horas semanais, enquanto o restante trabalhava 20 horas.

Quanto aos Gestores, três deles atuavam como secretários municipais de educação e apenas a representante do Metropolitano B exercia o papel de coordenadora do Departamento de Nutrição Escolar. Todos estavam graduados a mais de 20 anos, sendo dois deles com formação na área de saúde e os outros dois em educação.

A fala dos entrevistados sobre alimentação saudável

Durante as entrevistas, a expressão “alimentação saudável” não foi citada pelos pesquisadores, apenas quando o entrevistado referenciava esta ideia em sua fala, questionávamos sobre qual o significado atribuído por ele a este tema. Fica evidente no discurso dos entrevistados a hegemonia dos aspectos biológico-nutricionais. Nota-se que para estes sujeitos, seja RT ou Gestor, a alimentação foi vista como “combustível”



para desenvolvimento do corpo e o seu propósito principal era fornecer os nutrientes adequados a cada faixa etária. As questões de segurança microbiológica e a possibilidade de prevenção de doenças por intermédio da alimentação também fizeram parte de suas considerações sobre “alimentação saudável”.

“Alimentação saudável” (...) é comer nos horários corretos, comer de três em três horas (...) e isso só ajudaria muito com as outras coisas, como o colesterol alto, triglicérido, pressão alta, obesidade, diabetes, tudo. Pérola (RT)

(...) uma “alimentação saudável” é aquela que reúne os componentes proporcionais e condizentes com cada faixa de idade (...) o combustível que faz com que o nosso corpo seja capaz de viver, pensar e produzir. Esmeralda (Gestora)

(...) contempla dois segmentos: a segurança microbiológica e o fornecimento de nutrientes para o desenvolvimento do organismo. Sadio (RT)

Para os Gestores, “alimentação saudável” também estava envolvida com a formação e aprendizado dos escolares, mantendo ainda este enfoque biomédico, baseado na função dos nutrientes.

(...) é uma alimentação que pode proporcionar ao estudante uma condição de estar bem nutrido para poder realmente aprender. Esmeralda (Gestora)

(...) para melhorar o aprendizado (...) tudo tem que estar dentro de uma quantidade: proteína, carboidratos, vitaminas e sais minerais. Turquesa (Gestora)

O consumo de alimentos frescos naturais foi outro aspecto referido pelos pesquisados. Acreditam que o maior consumo de legumes, verduras e frutas, bem como a redução de alimentos industrializados e frituras fazem parte do ideário da alimentação saudável.

(...) alimentação que tenha mais frutas, legumes e verduras (...) Jaspe (RT)

(...) nada artificial, não ter nada, não ter nada processado (...) todos os dias da semana o legume, a fruta, leite (...) Rubi (RT)

(...) uma alimentação saudável que seria o mais correto, evitar frituras, evitar doces, não oferecer pro seu filho chocolates (...). Turquesa (Gestora)

Tais concepções, acima referidas como ideais, foram narradas como algo difícil de ser atingido no contexto do PNAE.



(...) se alimentar bem principalmente com frutas, com hortifruti, com legumes e verduras que são as coisas mais difíceis de incluir no cardápio. Pérola (RT)

(...) o inhame é depurativo do sangue, até mesmo de reposição hormonal, é saudável (...) o município “Sudoeste A” é o maior plantador de inhame do estado do Rio de Janeiro, e a sopa de inhame aqui não tem uma boa aceitação. Turquesa (Gestora)

Esse olhar unilateral, focado nos aspectos biológicos-nutricionais, fica ainda mais evidente no município Sudoeste B. Uma característica especial desta cidade é que o prefeito tem formação em medicina, e tanto o Gestor quanto o RT do PNAE foram convidados a ocupar cargos de “confiança” durante o mandato político desta autoridade municipal. Eles demonstraram, em seu discurso, um compromisso com as propostas políticas do gestor municipal, afirmando frequentemente que, entre seus alvos principais, está a melhoria da saúde da população local por meio da prevenção de doenças. Consideram a alimentação escolar como ferramenta para alcançar este fim, pois por meio dela é possível ofertar os nutrientes necessários para evitar o adoecimento.

(...) Como o nosso prefeito diz: para garantir qualidade de vida é preciso prevenir doenças através dos hábitos alimentares saudáveis (...) a merenda escolar é o caminho para isso. Diamante (Gestora do Sudoeste B)

Concordando com a opinião expressada pelo Gestor, o RT diz:

(...) Desde que eu entrei na Educação (...) ofertar nutrientes para a garantia da saúde. Esse é o nosso trabalho aqui da Secretaria, da prefeitura (...). Sárdio (RT do Sudoeste B)

Essa visão corrobora com o que foi expressado por Gracia-Arnaiz (2005) ao afirmar que o objeto da Nutrição se aproxima das propriedades nutricionais dos alimentos e do tratamento dietético e se afasta dos sujeitos e da comensalidade. Sua prática está baseada na relação doença e nutrientes, compreende o alimento como fonte de nutrientes e de energia, valoriza aspectos como composição química e nutricional, condições sanitárias, tecnologias de produção, distribuição e armazenamento e possibilidades terapêuticas. A alimentação humana passa a ser vista apenas pela



necessidade física, como “se tratasse de uma ração animal” (FREITAS, MINAYO e FONTES, 2011, p.33; CARVALHO, LUZ e PRADO, 2011).

Observamos também que os entrevistados se esforçam para utilizar termos técnicos que afirmem a cientificidade de seu discurso e sua prática profissional (GARCIA, 2005, p.214). Este fato pode ter relação com a possibilidade de o sujeito estar sendo entrevistado por um nutricionista. Uma gestora confessou não compreender bem o significado de um desses termos, mas afirma reproduzir no seu discurso algo que está presente na fala dos nutricionistas da secretaria municipal de educação. Compreendemos que esta atitude visa tornar o seu discurso “convicente” a outro nutricionista (que é o próprio pesquisador).

*(...) uma boa alimentação é uma alimentação balanceada. (...) eu também (não sei o que isto significa) (risos). Eu falo porque as minhas nutricionistas falam. (...) acho que você tem que ter uma série de conjugados balanceados. Você não pode ter, ah eu vou comer arroz, porque geralmente é comum arroz, feijão, batata e macarrão. Então você tem um monte de carboidratos. E carne, você tem a proteína, e arroz e feijão são o quê? São as leguminosas né? Então, eu acho que a gente procura fazer... Acho que quando as pessoas falam “balanceada” é isso. É equilibrar as proteínas, os... Como é que chamam? Nutrientes? É você fazer esse equilíbrio. É porque as meninas aqui falam muito da alimentação balanceada, desde o início. E aí lá vai a gente: alimentação balanceada, alimentação balanceada. **Esmeralda** (Gestora)*

O discurso da nutricionista deste município:

*(...) é o fornecimento de uma refeição **balanceada**, já é uma forma de estar promovendo uma alimentação saudável. **Jaspe** (RT)*

Além da preocupação em utilizar termos técnicos da nutrição, observou-se que os entrevistados, ao falar da “alimentação saudável” se esforçavam em reproduzir o texto da lei do PNAE em uma tentativa de mostrar apropriação do conhecimento e respaldo no discurso. Pode também, ser uma forma de dizer que sua prática está condizente com as políticas e não deve ser contestada.

(...) o programa de alimentação escolar, ele estipula as mínimas necessidades, né, e isso está dentro de uma alimentação saudável (...) Tipo assim vou falar o que eu



sei aqui de cor, porque tem muita coisa que eu não lembro (...) Tem que fornecer 30% das necessidades dele [do aluno] (...) na creche, 60 [% das necessidades nutricionais diárias], tá em algum lugar [na legislação]... Assim, então isso aí tudo já dá uma, uma ajudada. Acho que eu tenho uma tabela de nutrientes, mas de cor não sei. Ah, e também, lá [legislação] fala também, no mínimo três porções de hortaliças por semana. Outra coisa que já estimula a alimentação saudável, que eu sei que tem isso, né. Aqui é 20% parcial e 30% diária e integral que é 60. Que às vezes eu confundo, mas está na lei. Pérola (RT)

Segue abaixo as referências legais que a nutricionista tenta reproduzir em seu discurso:

(...) a atender, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial; quando em período integral, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica (BRASIL, 2009a, art. 15, III e IV)

Os cardápios deverão oferecer, pelo menos, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana) nas refeições ofertadas (BRASIL, 2009a, art. 15, IV, &4).

As políticas de Alimentação e Nutrição estão fundamentadas no olhar biomédico que foca o nutriente e suas propriedades, enquanto os seres humanos são vistos principalmente pelos aspectos biológicos em que os indivíduos estão envolvidos. Esta forma de ver a alimentação resulta em modelos de racionalidade dietética, com recomendações que não levam em consideração os aspectos sociais que os indivíduos estão inseridos, como acesso aos alimentos, a forma destes perceberem os alimentos, gostos e preferências (CARRASCO I PONS, 2005).

O conhecimento técnico dos nutrientes e da saúde é necessário, no entanto, o ato de comer não está relacionado apenas essas necessidades físicas, como a satisfação do instinto da fome e a garantia das necessidades biológicas. Essa abordagem unilateral da alimentação não dá conta da complexidade das questões alimentares na contemporaneidade. É preciso englobar as condições sociais e culturais do comer, assim como os aspectos simbólicos da alimentação (CANESQUI, GARCIA, 2005, p. 9).



Os aspectos culturais, psicossociais e econômicos da alimentação não são meramente um detalhe, mas são questões intrínsecas e indissociáveis ao ato de comer, no entanto, parecem invisíveis ou menos importantes quando no discurso e na prática dos entrevistados. Apenas uma RT associou os aspectos “prazer”, “sabor”, custo na aquisição do alimento e significados culturais relacionados aos alimentos, destacando o arroz e feijão como uma alimentação saudável.

*(...) envolve a cultura (...) aquele hábito do arroz com feijão. Então eu acho que você precisa, quando você fala de alimentação saudável (...) ter o prazer de fazer a refeição e desmistificar aquela coisa de que a alimentação saudável é aquela alimentação que é cara, que não é saborosa. Não é assim! **Jaspe (RT)***

Apesar da ampliação das questões da alimentação relacionando aos aspectos socioculturais, autores como Cannon e Leitzmann (2005) expandem ainda mais essa discussão quando defendem o Novo Projeto da Ciência da Nutrição, no qual a dimensão biológica é apenas uma das visões que deve ser incorporadas pela prática da Nutrição. Os autores levantam a importância de trabalhar as questões social e ambiental. Lang, Barling e Caraher (2009) também afirmam que a questão alimentar atual passa por políticas públicas que integrem promoção da saúde, sustentabilidade ambiental e justiça social. Inspiradas nestes autores, Castro, Castro e Gugelmin (2011) sistematizaram as dimensões da alimentação em: do direito humano; biológica; psicossocial e cultural; ambiental e econômica.

Fundamentadas na ideia dos autores acima que acreditamos que as ações de promoção de “alimentação saudável” no contexto escolar devem ser formuladas e executadas, de forma a integrar todas as dimensões da alimentação e não apenas o aspecto biológico, ainda que consideremos este fundamental. Esse não é um exercício pontual, mas contínuo e dinâmico, que deve fazer parte do contexto da coordenação do PNAE em todos os municípios do Brasil.

Considerações finais



Os resultados encontrados nas entrevistas reforçam a própria justificativa deste trabalho. As concepções de “alimentação saudável” dos profissionais envolvidos neste estudo é o retrato de sua prática profissional nestes municípios. Para eles a “alimentação saudável” consistiu principalmente em obedecer a regras científicas da nutrição, norteadas no equilíbrio de nutrientes, na prevenção das doenças, em uma alimentação natural, contendo frutas e hortaliças e que não contenha produtos industrializados.

O discurso dos pesquisados está impregnado da representação biológico-nutricional, referendando a lei que regulamenta o PNAE. Apesar de tentar incorporar alguns aspectos econômicos e culturais, assim como a legislação, o que fundamenta prioritariamente sua prática são os aspectos biológicos da alimentação.

Cabe então pensarmos de que forma podemos discutir, no âmbito do Programa, alternativas para incorporar um novo conceito de “alimentação saudável”, que não fique somente no domínio da definição, mas que seja incorporado e reconstruído na prática. O propósito deste estudo não está em criar uma visão negativa da lei que regulamenta o PNAE, já que a construção desta legislação foi fruto de lutas políticas da sociedade civil, de técnicos de áreas multidisciplinares para garantir do fornecimento de uma alimentação adequada em todas as suas dimensões.

Mas o que considerar como adequado, como saudável? Como ter uma compreensão da ‘alimentação saudável’ tão ampla, já que a própria política apesar de sugerir a expansão deste conceito, não aprofunda as questões práticas? Como colocar essas orientações no cotidiano se a legislação não dá detalhes de como alcançar essas dimensões na prática profissional? Na verdade concordamos que oferecer uma “alimentação saudável” em suas múltiplas dimensões não está escrito em um livro, não é um conceito fechado, mas deve ser construído coletivamente de acordo com cada realidade

Nossa contribuição está em provocar uma reflexão no entrevistado sobre a temática da alimentação saudável, mediante a entrevista, estimulando esses atores a repensarem sua prática de promoção da “alimentação saudável”, especialmente no que se refere ao espaço escolar.



Referências bibliográficas

AGATTE, VC. **Representações sociais da alimentação escolar atribuídas por adolescentes de uma escola pública de Areia Branca, em Lauro Freitas, Bahia**, 2009, 39f. Dissertação. Escola de Nutrição. Universidade federal da Bahia, Bahia, 2009.

BELIK, W; CHAIM, NA. Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 22, n.5, p.595-607, 2009.

BRASIL. Resolução/FNDE/CD/ nº 38 de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Brasília: DF, 2009a.

BRASIL. Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências**. Brasília: DF, 2009b.

BURLANDY, L; ANJOS, L A. Acesso à alimentação escolar e estado nutricional de escolares no Nordeste e Sudeste do Brasil, 1997. **Cadernos de Saúde Pública**, v.23, n.5, p. 1217-1226, 2007.

CANESQUI, AM; GARCIA, RWD. Uma introdução à reflexão sobre a abordagem sociocultural da alimentação. In CANESQUI, AM; GARCIA, RWD (org.).

Antropologia e Nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 9- 19.



CANNON, G; LEITZMANN, C. The new nutrition science project. **Public Health Nutrition**, v.8, n.6^a, p. 673-694, 2005.

CARRASCO I PONS. Pontos de partida teórico-metodológicos para o estudo sociocultural da alimentação em um contexto de transformação. In CANESQUI, AM; GARCIA, RWD (org.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 211- 226.

CARVALHO, MCVS; LUZ, MT; PRADO, SD. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 155-164, 2011

CASTRO, IRR; CASTRO, LC; GUGELMIN, SA. Ações educativas, programas e políticas envolvidos nas mudanças alimentares. In: DIEZ-GARCIA, RW; CERVATO-MANCUSO, AM. **Nutrição e Metabolismo: Mudanças alimentares e educação nutricional**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2011, P. 18-31.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). 2010. Ministério da Educação do Brasil. Alimentação escolar. [on line] [acessado em 2010 junho 11]. Disponível em: <www.fnde.gov.br>.

FREITAS, MCS; MINAYO, MCS; FONTES, GAV. Sobre o campo da Alimentação e Nutrição na perspectiva das teorias compreensivas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 31-38, 2011.

GARCIA, RWD. Alimentação e Saúde nas Representações e Práticas Alimentares do Comensal Urbano. In CANESQUI, AM; GARCIA, RWD (org.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 211- 226.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: I- período de 1940 a 1964. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.1, n.2, p. 87-138, 1988.

LANG, T; BARLING, D; CARAHER, M. **Food policy**: integrating health, environment and society. Oxford University Press. Oxford, 2009.

LEÃO, MM; CASTRO, IRR. Políticas públicas de alimentação e nutrição. In: Kac G, Sichieri R, Gigante DP. **Epidemiologia Nutricional**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Atheneu, 2007, P. 519-541.

SPINELLI, MAS; CANESQUI, AM. O Programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). **Revista de Nutrição**, Campinas, v.15, n.1, p.105-17, 2002.

STRAUSS, A; CORBIN, J. Basics of qualitative research_ Grounded theory procedures and techniques. Thousand Oaks, 1990.